



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS CURSOS DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO NAS UNIVERSIDADES BAIANAS

Leila Pio Mororó
(UESB)

RESUMO

O Estado da Bahia é um dos estados brasileiros com maior percentual de funções docentes ocupadas por professores sem a formação adequada. Para tentar reverter essa situação, o governo tem incrementado, juntamente com as universidades públicas, uma série de programas e cursos de formação docente. Entretanto, esses cursos, desenvolvidos sem a orientação de uma política ampla e coletiva e sem um acompanhamento acadêmico ordenado (avaliação), têm sido severamente questionados em termos de seus resultados sociais e educacionais. Esse texto, tomando como ponto de partida nossa pesquisa de avaliação de um desses programas, a Rede UNEB 2000, demonstra a importância do contexto acadêmico, do tempo e das condições objetivas para uma formação efetiva dos profissionais da educação, apontando, para tal, os desafios impostos à Bahia, às políticas públicas e às universidades públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Avaliação de cursos; Política de Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

A recém aprovada Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto presidencial 6.755 de 29 de janeiro de 2009)

*Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. lpmororo@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

que tem como finalidade organizar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério das redes públicas de ensino da educação básica indica a necessidade de novos contornos para a formação de professores no país e, portanto, para as instituições de ensino superior, principalmente as públicas.

A prioridade de financiamento pelo governo federal de programas e cursos de formação de professores em exercício para as instituições públicas e a efetivação da formação à distância através da Universidade Aberta do Brasil, impõe às áreas de educação e de ensino das diversas licenciaturas das universidades e faculdades a atenção redobrada quanto à definição de uma política institucional própria que atenda, não só à demanda de mais professores graduados, mas, e principalmente, que atendam a um projeto emancipador de educação.

O Decreto, ao traçar a política nacional de formação, inova ao reconhecer que, sendo o ensino superior brasileiro uma obrigação do governo federal, também a formação de professores é uma responsabilidade da união, retirando, portanto, dos municípios e dos estados brasileiros o maior peso financeiro de investimento nesse setor. O plano visa valorizar a formação dos professores da educação básica do país e a sua elaboração foi fundamentada através de ações articuladas, a partir da formação de fóruns estaduais para mapear as suas necessidades.

O regime de colaboração será concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, a serem instituídos em cada Estado e no Distrito Federal [...] (BRASIL, 2009, § 1º)

Além do Ministério da Educação, esses fóruns devem ser compostos por representantes das secretarias estaduais de educação, das universidades públicas e dos municípios.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A Bahia é um dos estados brasileiros com o maior percentual de funções docentes ocupadas por professores sem a formação adequada e, infelizmente, contrariando a formulação contida no Decreto, tem definido a ação estadual de formação de professores a partir de decisões de um instituto, sem a devida participação do coletivo acadêmico e da população baiana (fórum).

Em relação às universidades públicas estaduais da Bahia, essas tem tido uma participação indireta na formação dos profissionais através de programas próprios ou pela adesão aos projetos estaduais.

O que percebemos na condução dessas propostas, porém, é a centralidade de decisões nas pró-reitorias de graduação com a participação isolada de alguns docentes sem que, necessariamente haja a participação direta das instâncias acadêmicas (departamentos e colegiados) das instituições. Sem uma política consolidada de formação de professores, as universidades baianas executam os programas de formação de professores sem relação com sua estrutura acadêmica e sem avaliação de seu impacto sobre e para a realidade educacional.

Sem dúvida ainda há um longo caminho a ser percorrido no estado da Bahia para a formação de professores no ensino superior o que termina por conduzir à ampliação da oferta de cursos presenciais ou à distância.

Historicamente, sabemos que a discussão sobre a formação em nível superior de professores da educação básica não é recente. Segundo autores como Carvalho (1997), a idéia da formação em nível superior para os professores das séries iniciais sempre esbarrou na afirmação de que essa deveria se dar em “estágios elevados progressivamente” já que as condições, em grande parte do Brasil, não seriam favoráveis (pelo menos em curto prazo) a que os professores fossem formados senão em nível médio. A Educação Superior à distância e os programas especiais podem, segundo os seus idealizadores, reverter essa situação.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Especificamente em relação ao curso de Pedagogia, comparemos os dados de 2000 e de 2003 sobre o número de cursos existentes no Brasil, Nordeste e Bahia.

Quadro 3: Número de cursos de Pedagogia

Pedagogia (presencial)			
	Brasil	Nordeste	Bahia
2000	837	157	44
2003	1.214	253	80

Fonte: INEP, 2007

Como pode ser observado, no período de três anos o número de cursos presenciais de Pedagogia na Bahia quase dobra.

O curioso desse aumento deve-se ao fato de que dos 44 cursos de Pedagogia em 2000, cerca de 37 deles foram oferecidos em caráter emergencial e provisório pela UNEB (Universidade Estadual da Bahia) através do programa Rede UNEB 2000.

Em 2003, a UNEB respondia por cerca de 57 dos 64 cursos de Pedagogia oferecidos pelas universidades estaduais da Bahia.

Quadro 4: Número de curso de Pedagogia por dependência administrativa

	2000	2003
Federal	01	01
Estadual	35	64
Particular	04	09
Confessionais	04	06

Fonte: INEP, 2007

Portanto, a Rede UNEB 2000 destaca-se significativamente entre as universidades estaduais baianas no papel que estas vêm desempenhando nas mudanças dos números baianos em relação à formação de professores.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Em relação a esse programa e aos demais desenvolvidos pelas universidades estaduais baianas, temos um grupo de pesquisadores³⁹ desenvolvendo estudos sobre esses cursos e o seu impacto sobre a formação dos professores neles envolvidos. A pesquisa, de caráter qualitativo, pretende-se uma pesquisa de avaliação, isto é, destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes do programa, tanto na fase de diagnóstico, programação e execução (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a análise documental, o questionário, a entrevista semi-estruturada individual e a entrevista semi-estruturada em grupo. O questionário foi aplicado aos alunos egressos dos cursos, buscando abranger a sua totalidade, e as entrevistas têm sido realizadas com alguns dos alunos egressos, os secretários municipais de educação, os coordenadores dos cursos, os docentes e, no caso da Rede UNEB 2000, os diretores de departamento.

Neste texto analisaremos os componentes “contexto acadêmico”, “tempo” e “material bibliográfico” dos cursos de formação inicial em serviço de professores, tomando como exemplo o programa de formação de professores a Rede UNEB 2000, e o curso de Pedagogia, na sua fase de implantação.

Por fim, apontaremos alguns desafios impostos à Bahia e o que entendemos ser papel de duas grandes instâncias de poder sobre a formação docente: a universidade e as políticas públicas.

39 NEFOP – Núcleo de Estudos sobre a Formação de Professores



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

As Condições Objetivas de Formação: O Tempo e o Material Bibliográfico

Segundo Marx e Engels (1984, p. 193), a consciência decorre das condições materiais de existência e não o contrário, isto é, *“Não a consciência determina a vida, mas a vida determina a consciência”*.

Na realização dos cursos de formação de professores em serviço, entre as condições objetivas desfavoráveis com que os alunos se deparam que, de certa forma, limitaram o desenvolvimento potencial de elevação de suas consciências da práxis educativa como uma das práxis social, uma práxis que exige, portanto, uma atividade teórico/prática, está o acesso restrito ao material bibliográfico e a ausência de um contexto acadêmico universitário.

Especificamente a Rede UNEB 2000, em relação ao acervo bibliográfico, mesmo diante da exigência de implantação de uma biblioteca com um acervo mínimo de 1.500 títulos e, pelo menos, três mil exemplares, nem sempre as prefeituras cumprem com suas obrigações.

Quando os livros finalmente chegam, o curso já está no 2º ou 3º semestre e tanto os alunos como os professores já descobriram, nesse ínterim, que é mais fácil fazer cópias do que pesquisas bibliográficas.

O tempo curto não permite ao aluno adquirir e exercitar essa habilidade considerada fundamental à atitude do estudo que é a de utilização da pesquisa bibliográfica. A formação de uma biblioteca, portanto, apesar de ser fundamental, parece não garantir que a formação acadêmica dos professores/alunos se concretize, pois o tempo continua sendo um elemento que dificulta o contato com os livros, o amadurecimento intelectual a partir de leituras diversificadas e a própria reflexão crítica sobre a relação de seu trabalho com o curso de maneira a compreender a totalidade em que se insere.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Acreditamos que os professores/alunos mudaram a sua atitude em relação à leitura a partir do curso, como eles mesmos dizem em suas entrevistas. Entretanto, a nosso ver, não mudaram em relação ao estudo propriamente dito. Um dos fatos que indica isso é a relação com a biblioteca depois que o curso acaba. Nenhum dos alunos de entrevistados, por exemplo, sabia dizer o que havia sido feito do acervo bibliográfico adquirido pela prefeitura durante o curso, dando a entender que não continuaram a ter contato com aqueles livros posteriormente ao curso.

O secretário de educação de um dos municípios pesquisados foi quem nos explicou que os exemplares haviam sido espalhados pelos colégios do município onde os professores, hipoteticamente, deveriam continuar tendo acesso aos mesmos. Pelo visto, não estavam e nem pareciam se preocupar com isso, apesar de afirmarem que a biblioteca tinha um excelente acervo bibliográfico com obras atualizadas.

Provavelmente isso se repete em outros municípios por onde passa a Rede UNEB 2000. O mesmo secretário de educação, elogiando a biblioteca montada no município, fez questão de dizer que emprestou parte do acervo para que outro município pudesse fazer o curso.

(...) Todo acervo foi adquirido de acordo com as instruções, de acordo com o pedido deles, inclusive nós complementamos e esses livros estão sendo usados agora, nós dividimos para os colégios de ensino médio e para o ensino fundamental. Então foi atendido prontamente. Inclusive, funcionava lá no Polivalente, tinha uma funcionária com tudo registrado, tudo como manda o figurino. Uma biblioteca normal. [Hoje] Está distribuído nas escolas. Foram muitos e muitos livros, inclusive, para você ter uma idéia, nós emprestamos metade desses livros para a cidade do Rio do Antônio que também fez parte, participou da 2ª ou 3ª etapa, se não me engano, da Rede UNEB 2000. Nós emprestamos, eu fui pessoalmente levar e fui pessoalmente buscar. (Secretário de Educação 2)



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Sendo assim, provavelmente os livros entram e saem das cidades sem que os professores/alunos da Rede UNEB 2000 sentissem falta dos mesmos para dar continuidade a seus estudos ou mesmo para atender a alguma emergência de seu trabalho docente.

A relação com os livros durante o curso, com exceção dos que adquiriram exemplares particulares, sempre foi relativamente provisória. Isto é, além da cópia, outro recurso muito utilizado pelos professores/alunos para terem acesso aos livros era o “empréstimo” da biblioteca do Campus responsável pelo curso.

Eles tinham acesso à biblioteca. Então eles tinham ficha na biblioteca e, às vezes, assim, eu mesmo cansava de levar livros, pegava aqui, saindo das regras da biblioteca, pegava dez, quinze, vinte livros e botava no carro e mandava pra lá, e esses livros ficam lá um mês. Aí quando dava o prazo de um mês, botava no carro, trazia e pegava outros aqui levava, entendeu? Assim, claro, não desfalcando a nossa biblioteca, mas por exemplo, tinha cinco volumes, um ia pra lá, entendeu? Isso a gente fez demais. Também eles tinham acesso a isso, às vezes eles vinham aqui. (Coordenadora local 2)

(...) E os livros que a gente precisava eles traziam lá pra nós, de Guanambi, ou então a gente ia fazer a pesquisa lá. Então, tudo dentro da medida do possível. Nós tivemos assim uma inter-relação com o campus 12. (Aluno RL)

Assim, o acervo se ampliava a depender do empenho da coordenação local ou das chances que, esporadicamente, apareciam para se deslocarem mais de 200 km e visitar a biblioteca do *campus*.

Infelizmente, porém, não só nesse aspecto o contexto de formação dos professores/alunos era desfavorável para que superassem o caráter pragmatista do curso. Alguns elementos próprios da vivência universitária que podem promover a superação de deficiências ou a complementação da formação não fizeram parte do cotidiano dos professores/alunos da Rede UNEB 2000. Não apenas a ausência da pesquisa, enquanto produção de novos conhecimentos ou da extensão, mas também



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

da impossibilidade de conviver com grupos diferentes, com a pluralidade de idéias e de movimentos das diversas instâncias que compõem o ambiente universitário. Eles também não tiveram a oportunidade de sentir o ensino em sua estrutura burocrática, não tiveram seus calouros (os “bichos”) e nem foram calouros ninguém. A universidade (se assim pode ser chamada) que conheceram começou e terminou com eles.

Alguns professores/formadores percebem isso e sabem o quanto pode pesar na formação dos professores essas ausências:

(...) faz falta para os alunos o envolvimento, a participação em projetos de pesquisa, projetos de extensão, faz falta a convivência com alunos que estão mais à frente no curso, mais atrás no curso, porque eles são uma turma única, termina e acaba não tem mais. Tem uma série de coisas que são próprias da universidade e que não estão na UNEB 2000. (...) A grande desvantagem é justamente a falta do convívio acadêmico que é próprio da universidade. Na universidade o aluno está cursando e ao mesmo tempo ele pode fazer uma disciplina, ele está fazendo pedagogia e pode fazer uma disciplina no curso de história se for da afinidade dele. Ao mesmo tempo que ele está fazendo pedagogia acontecem vários eventos que ele também se envolve, de outras áreas de conhecimento e que ele também se envolve: Projetos de pesquisa de natureza diversa, projetos de extensão de natureza diversa que ele pode entrar ou como bolsista ou como ouvinte, como participante, colaborador, de uma forma ou de outra. Enquanto que na UNEB 2000 isso não existe, eles vão pra universidade pra aula. De uns dois anos pra cá, talvez, é que há uma exigência maior em relação a parte de informática, de laboratórios de informática, então eles vão mais ao “campus” da UNEB 2000 também para trabalhar na internet, para fazer uma pesquisa, mas antes eles iam no horário da aula e voltavam depois que terminasse a aula. (Docente 3)

Além desses fatos limitadores para a formação dos professores/alunos, aparecem dois fatores de ordem política na interação da Rede UNEB 2000 com a organização da universidade. O primeiro deles diz respeito aos momentos de



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

participação coletiva na escolha dos dirigentes das diversas instâncias administrativas da UNEB e o segundo a indecisão dos docentes nos momentos de greve da categoria.

Para os alunos dos cursos ditos regulares, os professores/alunos da Rede UNEB 2000 não têm condição de participar dos pleitos realizados na Universidade porque estão distantes, tanto fisicamente quanto politicamente, do processo, o que pode fazer com que se tornem massa de manobra fácil de alguns grupos.

Eles [os alunos regulares] não vêm com bons olhos. Eles nunca aceitaram isso. Como a gente viu aqui, eles não queriam que os alunos dessa Rede UNEB pudessem participar do processo eleitoral, a eleição de Reitor, de Diretor [de departamento]. E é uma coisa, realmente, muito complicada. Porque, vamos supor, eleição para Diretor, aí três candidatos, um aluno de Macaúbas não conhece esse pessoal que por uma razão não falamos dele lá. [Ele] não veio em Departamento, ele não está em condições de definir que é o melhor candidato não é? (...) Fica feito uma rivalidade. Se por exemplo eu for candidato e fui professor deles eles tem uma referência, conhece, né? Mas como é que ele vai discernir isso de outro que ele não viu? Ele não tá vivenciando. (Ex-Diretor de Departamento 1)

Por outro lado, há também a questão da adesão dos professores/formadores da Rede UNEB 2000 às paralisações da categoria. Durante a nossa coleta de dados, por exemplo, enfrentamos três greves dos docentes das universidades estaduais baianas. Nessas paralisações os professores/formadores que também são, em sua maioria, docentes das estaduais, continuaram o trabalho na Rede apesar de terem aderido ao movimento nos cursos regulares.

O que é pensado sempre aqui e falado em reuniões de departamento é a questão assim: Que precisa se discutir a Rede UNEB mais no papel político dela em relação ao período de greve, né? Tem greve a Rede UNEB não entre em greve. É professor da UNEB, mas é da Rede UNEB, entra em greve aqui, não entra em greve lá. Porque lá o



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

prefeito pressiona, porque ele tá pagando. Sei que todo período de greve a Rede UNEB é problema. Uns param outros não param.
(Diretora de Departamento)

Essas situações podem servir de parâmetro para demonstrar o quanto o curso pode estar distante da universidade apesar de ser promovido por ela. O quanto, apesar de conceder o nível superior, pode estar efetivando uma formação universitária que, como sabemos, ultrapassa (ou deve ultrapassar) a mera aquisição de conhecimentos profissionais.

Parece-nos, portanto, que as condições objetivas de formação dos professores/alunos da Rede UNEB 2000 não foram favoráveis ao desenvolvimento de formas de consciência sobre o trabalho educativo que ultrapassassem as sensações e, por contradição, dessem o salto qualitativo para a formação dos conceitos.

Levar um curso superior, aos mais distantes lugares, montando ali turmas provisórias e um acervo de livros não garante, portanto, a democratização da formação universitária.

CONCLUSÕES

Os resultados apontados por este estudo ao mesmo tempo em que reforçam a importância da formação docente na e para a concretização do trabalho educativo, nega o modelo de formação que, tendo como objetivo qualificar um grande número de professores, em menos tempo, em nível superior, mantém a situação de dependência desses docentes não promovendo as possibilidades de ruptura com as formas de trabalho alienado.

O movimento dos educadores, representado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE - tem lutado, tanto através de discussões coletivas quanto das reivindicações de condições dignas de trabalho, por



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

uma proposta de formação de educadores consistente e que visa a sua humanização ainda que no interior da sociedade capitalista. Esta proposta, resumida na Base Comum Nacional, tem como princípios de luta: Uma sólida formação teórica e interdisciplinar, a unidade teoria/prática, a gestão democrática no interior da escola, o compromisso social e político do profissional da educação, o trabalho coletivo e interdisciplinar entre alunos e professores como eixo norteador do trabalho docente na universidade e a articulação entre a formação inicial e a formação continuada, assegurando solidez teórico/prática e constante interlocução entre o *locus* de formação e o trabalho.

O trabalho e a apreensão do seu caráter contraditório, entretanto, posto como base da formação docente e como eixo de relação teoria/prática, traz inúmeros desafios ao processo de educar o educador no contexto de produção capitalista.

Esses desafios exigem um “saber real”. Como, então, fazer do trabalho o princípio educativo para a formação de professores sem cair na armadilha da redução da prática ao seu aspecto prático-utilitário? Como harmonizar trabalho e estudo dos professores que estão fazendo a sua formação inicial em serviço sem reduzir o aspecto formativo à experiência individual, particularizada?

Para nós, formadores de professores, que lidamos com esses desafios e com as decisões imediatas que eles nos impõe no desenvolvimento do nosso trabalho educativo, ao mesmo tempo em que procuramos superar as condições de alienação presentes no nosso contexto de existência, também lutamos coletivamente para garantir a manutenção de nossa própria autonomia a fim de concretizarmos um trabalho que humanize, isto é, que tenha como possibilidades “produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1991).

A nosso ver, porém, enquanto lutamos no interior dos movimentos por uma política de formação de professores transformadora, faz-se necessário encontrarmos



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

respostas para a nossa prática pedagógica, de maneira a que as possibilidades possam ir se efetivando no interior dos cursos onde atuamos.

O contexto, como temos visto até aqui, é um contexto de relações alienadas em que a formação de professores está sendo concebida, organizada e executada sob a forma prático/utilitário de perceber a realidade como um todo e, conseqüentemente, o trabalho educativo especificamente. Mesmo sabendo de todas as dificuldades que tal contexto nos impõe, não podemos assumir uma postura crítica sem que, ao mesmo tempo, apresentemos proposta que seja afirmativa para a formação de professores hoje. Pretendemos, a partir de experiências já existentes, fazermos isso nas considerações finais desse trabalho.

Para tanto, apontaremos o que consideramos como principais desafios ao Estado da Bahia nas esferas das Universidades estaduais e do poder público baiano.

Em relação às universidades sentimos mais à vontade para apontar os grandes desafios, pois nesse contexto é que temos trabalhado nas quase duas últimas décadas. Quanto ao poder público resta-nos, tão somente, como intelectual, apenas apontar o que consideramos ações justas, pertinentes, a um governo que defende a bandeira socialista e democrática em seus propósitos educacionais desenvolver.

Às universidades:

1. Definir coletivamente os seus projetos institucionais de/para formação de professores. Não apenas elaborar programas isolados do seu contexto de produção e tradição acadêmica.
2. Criar fóruns ampliados de discussão, nos quais as suas experiências de formação possam ser socializadas e debatidas publicamente, sujeitando-se ao crivo da comunidade regional.

Quanto ao poder público:

1. Garantir a autonomia das universidades;



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

2. Convocar imediatamente eleições para as direções das escolas. Eleições essas baseadas em projetos de escola, nos quais estejam explicitados os projetos de formação e permanência de seu quadro docente;
3. Discutir com as universidades, e não à revelia dessas, seus projetos de formação de professores e a propostas do governo buscando, se não coesão, pelo menos compreensão de idéias e respeitando o papel de cada um no que diz respeito à formação inicial e formação continuada.

Esperamos (de esperança) que as ações acima apontadas sejam avaliadas e consideradas em sua pertinência não apenas para vermos os números da formação de professores sendo alterados, mas, principalmente, para vivenciarmos as grandes transformações próprias de um Estado que coloca, em suas decisões e ações, como prioridade o desenvolvimento do ser humano através da educação.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Maria José e ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de Serviços e Programas Sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BRASIL/Gabinete Presidencial. Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.
- BRASIL/INEP. SIED. Censo 1999. Censo 2006 [citado em 05/08/2007]. Disponível na World Wide Web: <http://www.ensinosuperior.inep.gov.br>.
- CARVALHO, Mark Clark Assen de. Formação de professores para o ensino fundamental: O discurso da eterna transitoriedade. Dissertação de mestrado. PUC-SP: São Paulo, 1997. 169 p.
- MORORÓ. Leila Pio. Rede UNEB 2000: Da euforia ao espanto, as contradições se estabelecem. Tese. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2005.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Crítica da Educação e do Ensino. Tradução do francês: Ana Maria Rabaça. Lisboa, Moraes Editora, 1984.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.